

DESENVOLVIMENTO REGIONAL: EIS O DESAFIO! – Parte II

Nilson Pimentel (*)

Publicado no JCAM em 25/jan/2019

No Amazonas se cultiva com estilo repetitivo algumas falácias e chavões indevidos, principalmente no que concerne aos termos próprios da Economia, em todas as classes sociais, notadamente naqueles segmentos sociais que se acham ungidos com todos os conhecimentos, por alguma forma concedidos.

O atual governante tem sobre os ombros grande responsabilidade de recomeçar novamente o futuro do Amazonas, como todos os outros tiveram e nada realizaram nesse sentido, pois os conhecimentos sobre as potenciais riquezas econômicas já estão conhecidas há anos, assim como, o projeto Zona Franca de Manaus (ZFM) foi uma das oportunidades que tiveram os Militares ao implementarem como tal com base de sustentação na concessão de incentivos fiscais.

Então, há 52 anos, esse era o caminho e não uma condenação que emperrou o desenvolvimento regional tornando o Amazonas refém desse modelo, sem que procurasse outros caminhos com base em seus potenciais econômicos regionais conhecidos (minerais, petróleo e gás, organismos aquáticos – peixes, quelônios répteis – fruticultura, produtos alimentares da agricultura – como a mandioca – recursos florestais – como o óleos e extratos – fármacos, cosméticos e fitoterápicos, biofármacos, o Turismo e serviços ambientais).

Contudo, o Amazonas, na realidade ficou refém de um modelo de gestão pública que se deteve no poder por décadas, o qual se identifica como ‘a mentalidade do atraso’ que grasa por todos os Municípios amazonenses.

Para os pesquisadores do Clube de Economia da Amazônia (CEA) o modelo ZFM com se encontra, estagnado, sem poder de atração de novos investimentos há mais de 15 anos (vide pautas do CODAM e CAS), estabelecido na configuração de commodities eletrônicas supérfluas, sem forças competitivas para alavancar suas exportações, sofrendo concorrencialmente no mercado interno com os produtos importados, e nesse modelo não se tem significativa Formação Bruta de Capital Fixo local, o que dificulta sua aderência à economia regional e se tem dúvidas científicas que isso ocorra, mas ainda é nosso único projeto de Desenvolvimento Econômico regional.

Para aqueles pesquisadores, para não deixar de tratar, a cultura de repetição e/ou adoção de termos da ECONOMIA, ao invés de auxiliar, atrapalha a compreensão daqueles segmentos da sociedade que militam no executivo público e demais profissionais que gravitam em seu redor.

Para que possamos entender melhor, Matriz Econômica é um conjunto de atividades que envolvem os segmentos instrumentais de Política Econômica e, para os interlocutores da sociedade é equivocado tratar o conjunto de atividades econômicas setoriais de matriz econômica, como implementação de ações estruturantes em determinadas atividades econômicas de setores da economia (Primário, Secundário, Terciário e a Indústria do Turismo).

Somente para lembrar, nesses últimos 52 anos no Amazonas, ainda não se conhece nenhuma Matriz de nenhum produto da ZFM e nem os estudos de sua cadeia produtiva e de valor.

Então, o processo de Desenvolvimento Econômico Regional que se almeja são formulações de programas e projetos para o aproveitamento na racionalidade econômica de determinadas potenciais naturais e até de atividades econômicas em andamento prático, como por exemplo: o pescado, conhecendo-se sua(s) cadeia(s) produtiva(s) até se chegar a implementação de específico processo de desenvolvimento endógeno que possibilite ser considerado como um processo de mudança estrutural e de crescimento econômico no qual a organização do sistema produtivo, a rede de relações entre atores e atividades, a dinâmica de aprendizagem e o sistema sociocultural são determinantes no processo dessa mudança.

Por sua vez, o pessoal do CEA, entende que o desenvolvimento endógeno, quanto ao setor primário, defende que não existe um único caminho para o desenvolvimento e, como consequência, o processo de desenvolvimento local pode ser articulado em torno de qualquer tipo de atividade econômica, não importando se é agrícola, industrial ou de serviços, desde que suas unidades produtivas sejam competitivas.

E assim, se fosse fácil outros já teriam realizado, por isso que o espaço territorial é essencial ser visto como um agente de transformação social, como sendo onde todas as evoluções daquela atividade econômica pode ocorrer. Também, todas essas potencialidades econômica regionais que dotam o Amazonas é o principal caminho para se construir o futuro promissor que nossa sociedade espera.

Por outro lado, o governo estadual como principal indutor desse desenvolvimento regional deve estabelecer políticas públicas para amparar os novos produtos que advirão dos processos de endogenia da sua economia, como a atração de investimentos produtivos diretos externos e internos, mesmo que a presença de grandes empresas ou grupos industriais originários do exterior pode assumir um papel relevante no processo de desenvolvimento endógeno, sempre que suas estratégias convergirem com aquelas definidas no âmbito local/regional e uma Nova Política de Incentivos Fiscais.

Nesse início de governo estadual os economistas do CEA já se questionam se o governador entrante possui um arcabouço macroeconômico do Amazonas que ele vai governar e como pretende implementar os programas e projetos, pois pelo que se tem visto, cada instituição, secretaria está correndo para um direção, lembrando que os processo do desenvolvimento econômico endógeno requer a participação dos atores sociais e institucional da sociedade civil.

Também, vale atentar ao Governador, aqui pensando maior, existe um Protocolo de Intenções do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, ratificado por Lei nº 4.530, de 26/12/2017, o qual poderá ser importante instrumento político de negociação junto ao governo federal.

(*) Economista, Engenheiro, Administrador, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário: nilsonpimentel@uol.com.br.